

UMA PUBLICAÇÃO DA CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA  
Editada pelo INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO - MÍDIA E DIREITOS

**ESPECIAL PRÁTICAS  
INOVADORAS FBSP 2017**

## Inovações da Lei Maria da Penha materializam-se em programas e ações na segurança pública

**A** Lei da Penha trouxe inovações, desafiando as áreas envolvidas a trilharem novos caminhos para sua efetivação: a perspectiva de gênero, as medidas protetivas de urgência, a necessidade de atuação em rede de forma multidisciplinar e seus aspectos preventivos estão entre as inovações que levam a lei brasileira a ser considerada pela ONU como uma das mais completas e avançadas do mundo.

As novidades trazidas pela Lei representam oportunidades para que profissionais e instituições adotem ações e programas inovadores. Nesse contexto, atores do sistema de segurança pública em dife-

rentes cidades brasileiras têm se apropriado do legado da Lei Maria da Penha, buscando aprimorar suas práticas setoriais e oferecer respostas mais eficazes às violências contra as mulheres.

A 13ª edição do *Informativo Compromisso e Atitude* traz informações sobre 10 dessas práticas inovadoras, ressaltando os caminhos abertos nas várias regiões para ampliar a efetivação da Lei nas diferentes realidades vividas pelas mulheres no país em 11 cidades – capitais e do interior – de 9 estados brasileiros: Teresina (PI), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Brasília (DF), Barra do Garças e Pontal do Araguaia (MT), Campo Grande e Amambai



(MS), Belo Horizonte (MG), Manaus (AM) e Fortaleza (CE).

As práticas retratadas foram eleitas entre 55 iniciativas inscritas em um edital lançado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2017, em parceria com o Instituto Avon. O edital convocava as instituições de segurança de todo o país a concorrerem a um selo de destaque e para que fossem identificadas 10 experiências inovadoras que pudessem

ser visitadas, documentadas e divulgadas, de modo a compartilhar seus avanços e desafios com outras cidades e estados.

O conjunto das ações destacadas mostra que a prática acolhedora e humanizada das polícias civis e militares, sob os parâmetros da Lei Maria da Penha, estabelecem um outro tipo de relação da segurança pública com a comunidade, em que a ação preventiva e a relação de confiança são aspectos marcantes.

### 2, 3 e 4 FISCALIZAÇÃO E PREVENÇÃO

Efetivos de segurança dedicados às medidas protetivas são destaque entre práticas inovadoras

### AS GANHADORAS DO SELO BOAS PRÁTICAS 2017

**5** Atuação preventiva e despida de preconceitos é essencial, aponta comandante da Ronda Maria da Penha na Bahia

**6** Núcleos de estudo e investigação no Piauí colocam perspectiva de gênero no centro da ação policial

**7** Entre as ganhadoras do selo FBSP, Rede de Frente ressalta importância da interiorização

### 8 PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

Teatro do oprimido, atendimento psicológico e perícia humanizada fazem parte das experiências inovadoras.



As 10 ações finalistas foram eleitas por uma comissão formada por especialistas de diferentes áreas e agora compõem uma biblioteca digital de boas práticas – apelidada pelo FBSP de ‘casoteca’ (conheça: <http://www.compromissoeatitude.org.br/casotecafbsp2017-pdf/>).

Três delas foram escolhidas para ganhar o selo de práticas inovadoras atribuído pelo Fórum em 2017: a Ronda para Homens da Bahia, o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero do Piauí e a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher do Mato Grosso.

## FISCALIZAÇÃO E PREVENÇÃO

# Efetivos de segurança dedicados às medidas protetivas são destaque entre práticas inovadoras

É consenso entre especialistas que a Lei Maria da Penha trouxe uma importante inovação: a previsão de medidas protetivas de urgência (MPUs), ações rápidas que podem ser fundamentais em uma situação emergencial, como afastar o agressor da vítima ou suspender o direito de posse de armas.

Por poderem ser adotadas de modo autônomo, ou seja, independentemente do trâmite do inquérito ou processo judicial, as medidas protetivas representam uma alternativa de intervenção mais rápida em situações de violência doméstica e familiar – o que pode ser fundamental para preservar a integridade física e psicológica das vítimas e ainda para evitar que a repetição e agravamento do ciclo de violência cheguem ao extremo dos feminicídios.

Contudo, a ausência de políticas para fiscalização do cumprimento das medidas protetivas é frequentemente apontada como um dos obstáculos para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha em pesquisas que buscam avaliar os avanços e desafios introduzidos pela Lei. Buscando superar essa dificuldade, as polícias civil e militar de alguns estados brasileiros começaram a criar efetivos de segurança especialmente dedicados ao

acompanhamento de casos que envolvem medidas protetivas.

Entre as 10 práticas inovadoras de enfrentamento à violência contra as mulheres selecionadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2017, cinco são ações de acompanhamento das medidas protetivas de urgência. As práticas acumulam avanços semelhantes: a sensibilização dos efetivos policiais para questões de gênero, a atuação da força de segurança de modo preventivo, a oportunidade de esclarecer dúvidas e informar as mulheres sobre seus direitos, o estreitamento da relação com a comunidade pela presença nos territórios e a identificação de casos graves e de situações de descumprimento que pode contribuir para evitar feminicídios.

Já entre os desafios compartilhados pelas experiências está a necessidade de ampliação da área atendida pelos programas nos respectivos estados – o que passa pela exigência de maior respaldo institucional para ampliar os recursos humanos e financeiros das patrulhas e rondas Maria da Penha. Os representantes das experiências selecionadas também apontam um obstáculo para o trabalho de fiscalização: a dificuldade em encontrar todas as mulheres que contam com

medidas protetivas, em razão de problemas diversos, desde o preenchimento incorreto de seus dados no serviço que realizou o primeiro atendimento até a mudança de endereço e telefone pela mulher – muitas vezes motivada inclusive pelo desejo da vítima de não ser encontrada por seu agressor.

O encontro promovido na 11ª edição do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em São Paulo, foi uma oportunidade para partilhar êxitos, preocupações e trocar ideias para a superação de problemas.

### Pioneira, experiência do RS é inspiração para outros estados

Entre as 10 práticas selecionadas está uma experiência pioneira: a Patrulha Maria da Penha do Rio Grande do Sul, criada em outubro de 2012 pela Brigada Militar do Estado e a primeira a atuar com um efetivo especialmente destacado para a fiscalização das MPUs.

“A Patrulha começa a atuar a partir do deferimento da medida protetiva, realizando visitas à residência da vítima ou em seu trabalho, se ela assim solicitar. Hoje estamos presentes em 27 municípios, sendo que estamos em 13 das 16 comarcas regionais do nosso estado”, explica a capitã Clarice Heck.



Somente neste ano, a Patrulha do Rio Grande do Sul havia atendido até maio 5.101 mulheres com medidas protetivas no estado. Em 2016, foram 15.195 mulheres atendidas em 18.016 visitas realizadas pelas patrulhas.



Foto: CPC/ComSec - C3 Alberto

### Patrulha Maria da Penha da BMRS

Criada em 2012 e vinculada à Brigada Militar, a Patrulha está presente em 27 municípios do estado e possui um projeto de ampliação para mais 40 municípios. A Patrulha apresenta um alto grau de institucionalidade e sua coordenação técnica encontra-se dentro do Programa da Polícia Comunitária do estado. A PMP-BMRS também integra uma ampla rede de atendimento, com a qual mantém contato permanente, e tem propostas para o aperfeiçoamento de seus policiais envolvendo novas parcerias.

De acordo com a capitã, cada patrulha é composta por dois ou três policiais, sendo que há sempre uma policial mulher. Além do trabalho com as mulheres, o projeto prevê ainda ações de formação, como a capacitação dos próprios policiais em relação à violência de gênero e à Lei Maria da Penha e a realização de eventos e palestras com a comunidade. Segundo a capitã, ao longo destes quase cinco anos, o projeto já sensibilizou mais de 900 policiais militares nas formações que realiza periodicamente.

### Em Manaus, a Ronda aproxima policiais da comunidade

Por ser a primeira do país, a Patrulha do Rio Grande do Sul compartilhou muitos de seus êxitos e também os obstáculos enfrentados com outros estados que implementaram medidas semelhantes. É o caso da Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do Amazonas (RMP-PMAM), outra experiência identificada como inovadora pelo FBSP em 2017. O projeto alcança dois bairros de Manaus – Novo Aleixo e Cidade de Deus – por meio de

## SAIBA MAIS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS QUE BUSCAM A EFETIVAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS

Casoteca do FBSP reúne informações sobre as experiências inovadoras. Confira a apresentação das cinco iniciativas que envolvem as medidas protetivas:



Foto: Manaus Pereira/COVBA

### Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha da PMBA

O Ronda para Homens foi criado em julho de 2015 como um subprojeto da Ronda Maria da Penha da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA) e tem como objetivo sensibilizar e capacitar homens que residem em territórios vulneráveis à violência em Salvador e profissionais de segurança pública, promovendo mudanças culturais e reduzindo a reincidência entre os autores de violência. A proposta do Ronda para Homens é um “papo de homem para homem” no qual são discutidos os diferentes tipos de violência contra a mulher a partir de exemplos do dia a dia, promovendo a interação entre policiais e os cidadãos das comunidades assistidas pela Ronda Maria da Penha e potencializando a possibilidade de mudança cultural no combate ao machismo.

### Ronda Maria da Penha de Manaus da PMAM

O projeto é implementado em dois bairros de Manaus por uma equipe de oito policiais militares (praças e oficiais) destacada exclusivamente para o projeto, com treinamento, identificação e sensibilização para as questões de gênero e violência doméstica. Quando uma mulher – que reside em um dos bairros de atuação do projeto – realiza um registro de violência doméstica, os/as policiais da Ronda Maria da Penha são acionados/as pela própria delegacia e passam a patrulhar as áreas próximas à residência da mulher, zelando por sua integridade física e garantindo o afastamento do autor da violência. Também são realizadas visitas periódicas às casas das mulheres, o que acaba proporcionando um laço de confiança e aproximação entre a polícia e a comunidade. (continua >>)



Foto: Natália Brasil / AGECOM

uma equipe de oito policiais militares que se dividem em turnos.

“Além de acompanhar as medidas protetivas, ajudamos a identificar os casos graves, orientamos, esclarecemos dúvidas e fazemos encaminhamentos para a rede de atendimento”, explica a aspirante a oficial Adriane Silva de Oliveira, coordenadora do projeto, que destaca que um dos principais ganhos da Ronda é justamente a criação de laços entre policiais e a comunidade, o que ocorre quando a atuação acontece de forma acolhedora e presente no dia a dia.

#### Ronda na Bahia também trabalha com os homens

Além de acompanhar mulheres, na Bahia o projeto busca também o diálogo com os homens da comunidade como forma de prevenção: a Ronda para Homens complementa o trabalho da Ronda Maria da Penha. Entre as 10 práticas visitadas pelo Fórum em 2017, a experiência da Bahia foi eleita como uma das três melhores, ganhando o selo de inovação do FBSP.

“Uma desculpa eles não vão ter: de não saber das medidas protetivas, de não conhecer a Lei Maria da Penha”, destaca a major da Polícia Militar da Bahia Denice Santiago, explicando que no programa são realizadas conversas com homens sobre relações desiguais de gênero e todos os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha.

A iniciativa, neste caso, é conduzida por oficiais da polícia do gênero masculino. Os homens que participam dessas conversas promovidas pela Ronda – já eram cerca de 240 alcançados pelo pro-

grama até o primeiro semestre do ano, segundo dados apresentados pela major – não são necessariamente autores de violência (saiba mais na entrevista ao lado).

#### Integração na Casa da Mulher Brasileira

Outra experiência inovadora identificada pelo FBSP é a atuação da Patrulha Maria da Penha em Campo Grande – uma divisão da Guarda Civil Municipal sediada na Casa da Mulher Brasileira. Inaugurada em fevereiro de 2015, a Casa de Campo Grande foi a primeira do país a entrar em funcionamento. O equipamento oferece integração dos serviços em um mesmo espaço físico e capacitação para os/as profissionais, buscando ser uma referência para o acolhimento de mulheres e a responsabilização dos agressores.

Os serviços da Casa, incluindo a Patrulha, realizam atendimento 24 horas. De acordo com o projeto, quando a mulher que passa pela Casa recebe uma medida protetiva de urgência, a Patrulha deve ser informada em até 24 horas – ou até mesmo imediatamente caso seja uma situação de alto risco. É realizado então um primeiro contato pelo telefone com a mulher em situação de violência e agendada a visita – são realizadas pelo menos três visitas pela equipe, composta por três guardas e sempre comandada por uma policial mulher. Caso haja descumprimento da MPU, a 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar, situada na Casa da Mulher Brasileira, é notificada para que sejam

adotadas novas medidas, incluindo a possibilidade de prisão preventiva do agressor, quando necessário.

#### Interiorização

No Mato Grosso do Sul, além da atuação da Patrulha na capital, outro projeto atinge mulheres em três cidades do interior – Amambai, Dourados e Aquidauana. Iniciado em 2014, o Projeto Mulher Segura é realizado pela Polícia Militar e busca responder aos casos de violência doméstica com ações em três frentes: informações sobre direitos, apoio sobre como e onde efetivá-los e a fiscalização das medidas protetivas. O modelo de funcionamento é distinto das demais experiências: as visitas não são realizadas por uma patrulha ou uma ronda específica, mas operacionalizadas por todo o efetivo da unidade por meio de uma equipe técnica que passa por uma preparação.

De acordo com o major Josafá Pereira Dominoni, idealizador do projeto, a equipe técnica realiza ações diretas de atendimento, promove informações sobre direitos e serviços e faz a triagem dos casos e a avaliação de risco por meio dos boletins de ocorrência. Também atua de modo transversal em ações com toda a tropa para promover a capacitação e sensibilização sobre violência doméstica e familiar para oficiais que realizam atendimento pelo 190 e para estabelecer padrões operacionais (POP) para as visitas domiciliares e acompanhamento dos casos em que há a fiscalização das medidas protetivas. “Com certeza evitamos muitos feminicídios”, comemora o major.

Confira as matérias na íntegra: <http://www.compromissoeatitude.org.br/informativo-13/>

#### Patrulha Maria da Penha da GCM Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande (MS)

Divisão da Guarda Civil Municipal de Campo Grande, a iniciativa é integrada à Casa da Mulher Brasileira (CMB), no local em que funciona a sede da Patrulha e onde mulheres podem contar com diversos serviços da rede de enfrentamento à violência em um único lugar, com o objetivo de que o atendimento seja feito de forma ágil e segura. A Casa da Mulher Brasileira realiza atendimento 24 horas e os serviços de emergência, incluindo a Patrulha Maria da Penha, funcionam de forma ininterrupta.



Foto: CO/Notícias



Foto: PMMS

#### Projeto Mulher Segura da PMMS

O Projeto é uma iniciativa de atendimento a vítimas de violência doméstica baseado em três pontos: no esclarecimento sobre os direitos, sobretudo aqueles elencados na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha; no apoio sobre como e onde efetivar tais direitos e na fiscalização das Medidas Protetivas de Urgência. É realizado pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul em unidades voluntárias para receber o programa. Diferentemente de outros modelos de fiscalização de medida protetiva, o Projeto Mulher Segura não é apenas uma divisão especializada em que somente profissionais dedicados se envolvem no projeto, mas uma iniciativa que, a partir da coordenação de uma equipe central – chamada de Equipe Técnica –, é operacionalizada por todo o efetivo da unidade.

Fonte: os textos de apresentação das práticas são dos diversos autores que visitaram as experiências e documentaram sua atuação na Casoteca da FBSP.

#### ENTREVISTA EXCLUSIVA

## Atuação preventiva e despida de preconceitos é essencial, aponta comandante da Ronda Maria da Penha na Bahia

O projeto Ronda para Homens, premiado com o Selo FBSP de Práticas Inovadoras, é parte da Operação Ronda Maria da Penha, que segundo a assessoria de comunicação da Polícia Militar da Bahia (PMBA) atua acompanhando mulheres com medidas protetivas em Salvador e sua região metropolitana e também nas cidades de Paulo Afonso, Serrinha, Juazeiro e Feira de Santana.

A Ronda para Homens, criada em 2015, é um braço da operação focado na prevenção à violência por meio da sensibilização de homens e seu engajamento pelo fim da violência – não sendo voltado somente a agressores, mas com participação de interessados da comunidade e dos próprios policiais militares.

No país em que as mulheres negras são maioria nos índices de violência doméstica e familiar, a major Denice Santiago, que comanda a Ronda Maria da Penha, destaca a importância da atuação preventiva e da desconstrução das discriminações de gênero e raça. Confira:

#### COMO FOI A EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAR A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR?

Essa experiência começou em 2006, quando conseguimos fundar lá na Bahia um núcleo de gênero, que é o Centro de Referência da Mulher da Polícia Militar, que chamamos de Centro Maria Felipa.

Maria Felipa foi uma escrava liberta que durante as guerras pela independência do Brasil liderou outras mulheres na Bahia e conseguiu diminuir o poder ofensivo contra Salvador. Foi uma heroína que durante muito tempo foi esquecida e quando sugerimos ao comandante geral a criação de um núcleo de gênero dentro da corporação, que dialogasse com todas as especificidades do feminino, ele sugeriu o nome de Maria Felipa.

Então começamos esse trabalho, que a princípio olhava a mulher policial militar. Só que muitas mulheres que eram esposas de policiais militares, mulheres que não eram da corporação, começaram a nos procurar, a consultar sobre como lidar quando sofriam agressões, e isso fez com que nos aproximássemos da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres em Salvador.

Ao mesmo tempo, além da fundação do Centro, 2006 foi o ano em que a Lei Maria da



Foto: Acervo Pessoal

na perspectiva da Polícia Militar da Bahia, é estar mais próximo, estar presente, por isso é mais indicado no nosso caso.

Começamos a trabalhar e a acompanhar essas mulheres, indo a sua residência, retirando o agressor do lar, prendendo quando ele descumpria a medida protetiva, comparecendo com ela às audiências – enfim, realizando um trabalho policial de combate. Mas sabemos que o combate apenas não vai resolver a questão, porque não podemos solucionar um problema atacando apenas sua consequência.

Então atrelamos a Ronda a um projeto de prevenção à violência doméstica e familiar que vai além dos muros da polícia. Muito embora dialoguemos muito, com projetos que temos dentro da corporação, com policiais militares para que eles entendam, pratiquem e acolham melhor as mulheres vítimas de violência, nós também criamos projetos para as mulheres que acompanhamos, para os agressores que estão respondendo e para a comunidade em geral.

#### DEVE HAVER UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A DESCONSTRUÇÃO DO SEXISMO E DO RACISMO COM A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES?

Penso que é fundamental prestar atenção nas interseccionalidades, e o nosso policial, quando é capacitado para atuar na Ronda, vai ter este olhar. Temos mulheres negras – que são também pobres e de periferia, e que inclusive podem responder processos judiciais ou ter um histórico social que entendemos como diverso do ideal – que esse policial irá atender e entender que está ali por um motivo: para proteger essa mulher de uma situação de violência, e precisamos ter isenção suficiente para cumprir nosso papel. A mulher negra, pobre ou de periferia já sofre diversos abusos sociais e não seremos nós que vamos fazer mais um.

Então, a Ronda é capacitada nesse caminho, para que os policiais cheguem a diferentes lugares sem o olhar do preconceito e da discriminação. A discriminação de gênero e a racial são tão perversas e frequentes, e há um silêncio nocivo nas nossas relações sociais, o que é mais um problema para essa mulher – que, além de vir a ser mulher, negra, desempregada ou de baixa renda, moradora de periferia, é também uma mulher violentada domesticamente, ou seja, tudo isso vai recair nessa mulher.

A Polícia Militar tem me propiciado atuar nesse lugar para fazer com que a polícia enxergue isso fora de ‘caixinhas’ e entenda que muitas mulheres já passam violências demais e que não podemos ser mais um veículo dessa violência.

Penha foi sancionada no Brasil. Então começamos a introduzir a Polícia Militar da Bahia nessa discussão.

#### ENTÃO ESSE TRABALHO COM A LEI MARIA DA PENHA E A PERSPECTIVA DE GÊNERO ABRIU CAMINHOS PARA O TRABALHO DA RONDA?

Sim, e em 2014, ficamos sabendo da experiência da Patrulha Maria da Penha no Rio Grande do Sul. Tive a oportunidade de ir conhecer a experiência pessoalmente e, em uma articulação com o comandante geral, com a Secretária de Segurança Pública e Secretária de Políticas para as Mulheres, houve o entendimento da necessidade da criação da Ronda em nosso estado também.

Na Bahia, chamamos a iniciativa de Ronda e não de Patrulha, em razão de uma adequação à nomenclatura regional, porque patrulha para nós tem um sentido diferenciado, de patrulhamento, de acompanhamento. Rondar,

Confira a entrevista com a major Denice Santiago na íntegra: <http://www.compromissoeatitude.org.br/informativo-13/>

## TRANSFORMAÇÃO CULTURAL

## Núcleos de estudo e investigação no Piauí colocam perspectiva de gênero no centro da ação policial

Dados e pesquisas, novos protocolos de atendimento, transformação da cultura interna e ações de informação para a sociedade: estes são alguns dos frutos da experiência do Piauí que foi selecionada para receber o Selo Práticas Inovadoras do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2017.

O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero do Piauí é uma frente de ação da Polícia Civil voltada para a análise dos crimes que envolvem violência de gênero e o desenvolvimento de medidas eficazes para lidar com os casos. Criado em março de 2015 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, sua experiência tem oferecido respostas mais amplas e assertivas para o enfrentamento às violências contra as mulheres, como a criação protocolos para investigação dos feminicídios e para a humanização dos atendimentos de flagrante envolvendo a violência de gênero.

### Investigação dos feminicídios

No mesmo mês em que foi criado o Núcleo de Estudo, o Piauí instituiu concomitantemente seu Núcleo Policial Investigativo do Feminicídio, dedicado à investigação dos crimes contra a vida de mulheres.

De acordo com a diretora de Gestão Interna da Secretaria de Estado da Segurança Pública, delegada Eugênia Villa, o Núcleo Investigativo aplica a metodologia investigatória na perspectiva de gênero criada pelo braço de pesquisa. O protocolo que instaura a metodologia foi desenvolvido tendo como base as *Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios*, para adotar a lente de gênero em todas as etapas da investigação e ainda para aperfeiçoar as requisições periciais.

Outra referência importante para o Núcleo, aponta a delegada Eugênia Villa, são as legislações em vigor no Brasil, como a própria Lei Maria da Penha e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – referência internacional de enfrentamento à violência contra as mulheres promulgada no Brasil em 1996. “É preciso que nós, policiais, nos apropriemos da legislação internacional a fim de criar uma jurisprudência brasileira balizada”, ressalta.



A diretora de Gestão Interna, delegada Eugênia Villa (centro), acompanhada dos delegados Anamelka Cadena, do Núcleo de Estudo e Pesquisa de Violência de Gênero, e João Marcelo, do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal, durante o 11º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizado nos dias 17, 18 e 19 de julho, em São Paulo/SP.

A delegada lembra também que esses documentos destacam a necessidade de trabalhar as questões de gênero em uma perspectiva interseccional. Nesse sentido, aponta o racismo como uma intersecção preponderante nos casos de feminicídio no Piauí, alertando que mais de 70% das mulheres assassinadas são negras.

O estado segue a tendência do Brasil: o Mapa da Violência 2015 revelou que o número anual de mortes violentas de mulheres negras aumentou 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Chama atenção que, no mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013.

A portaria que instituiu o Núcleo no âmbito da Polícia Civil (Portaria nº 064/GS/2015) informa ainda que a área tem competência para a “apuração da violência intitulada feminicídio, como sendo o assassinato de meninas, mulheres, travestis e mulheres transexuais baseado em relações de gênero”.

### Central de flagrantes humanizada

Outro protocolo desenvolvido pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero é focado nos atendimentos realizados pela Central de Flagrantes Metropolitana de Gênero, criada em julho de 2016, na capital Teresina, para atender de forma humanizada flagran-

tes que envolvam mulheres, crianças, meninas, travestis e transexuais em situação de violência.

De acordo com a delegada Eugênia Villa, há ainda um protocolo investigativo de violência sexual, que está sendo preparado pelo Núcleo, com foco no estupro marital. “É extremamente importante e desafiador levar para o Judiciário um caso em que a mulher foi estuprada pelo próprio marido e que tem direito ao aborto”, aponta.

Segundo a delegada, um dos maiores desafios para o desenvolvimento dos trabalhos e ações do Núcleo foi – e ainda é – a necessária transformação cultural para a atuação com a lente de gênero. “Não adianta criar uma metodologia investigatória e não ter um olhar qualificado”, explica a policial, complementando: “vivemos em uma sociedade, em um espaço cultural e organizacional extremamente machista, reproduzimos o machismo sem sentir”.

De acordo com a Casoteca do FBSP 2017, o Núcleo atua na frente da sensibilização, com ações de prevenção à violência de gênero e ao feminicídio. Esta sensibilização, que se dedica à necessária transformação cultural, vem acontecendo por meio da realização de capacitações dos efetivos da Polícia Civil e da Polícia Militar, além de outros agentes públicos e sociais, de campanhas para a sociedade e pelo desenvolvimento de aplicativos. ●

Acesse a matéria na íntegra e conheça os documentos e legislações de referência para o Núcleo no Piauí: <http://www.compromissoeatitude.org.br/informativo-13>

Foto: Divulgação Secretaria de Segurança Pública

## CAPILARIZAÇÃO

## Entre as ganhadoras do selo FBSP, Rede de Frente resalta importância da interiorização



A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher é um conjunto de pessoas e instituições que se uniram para enfrentar a violência doméstica em uma região de aproximadamente 100 mil habitantes no interior do Mato Grosso. Foi assim que o psicólogo da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh-MT), Eduardo dos Santos Vieira, explicou a experiência que foi uma das três a conquistar o Selo de Práticas Inovadoras concedido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2017, lembrando da importância da interiorização das políticas públicas e serviços voltados ao enfrentamento da violência doméstica e familiar.

A Rede de Frente nasceu em 2013, como um grupo de trabalho que buscava promover a articulação entre instituições para dar visibilidade ao problema da violência doméstica e aprimorar o atendimento às pessoas envolvidas nos casos que aconteciam nos municípios de Barra do Garças e Pontal do Araguaia, no interior do Mato Grosso.

De acordo com o psicólogo, que preside a diretoria da Rede, os casos são significativos na região e havia demanda por um acolhimento humanizado e maior agilidade nos processos judiciais e expedição de medidas protetivas de urgência. Do GT, a Rede evoluiu e se oficializou por meio de um termo de cooperação técnica entre diversas instituições – Ministério Público, Defensoria, Poder Judiciário, delegacias e polícias, diferentes secretarias municipais, universidades e faculdades, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Instituto de Perícia, entre outras instituições.

### Articulação dá resultados na região

O espaço físico de encontro é uma sala dentro da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, onde são discutidas ações, desafios, casos e fluxos de atendimento. A proposta é trabalhar com múltiplos eixos que aprimorem os atendimentos destinados a mulheres vítimas, crianças e adolescentes envolvidos na situação de violência e também aos autores das agressões, além de trabalhos de informação e conscientização destinados à comunidade em geral.

Atualmente, a Rede de Frente atua em cinco eixos: um voltado à atenção e proteção social; outro à aplicação humanizada da Lei Maria da Penha; um eixo de educação permanente para os

agentes sociais; um núcleo acadêmico de pesquisa, que funciona como uma espécie de observatório na região; e um eixo de desenvolvimento de projetos educacionais e culturais que focam no trabalho preventivo em escolas. A Rede ainda realiza um trabalho com os autores de agressão, que prevê a participação em quatro sessões de responsabilização nos casos que contam com medidas protetivas ou em 16 encontros se o autor da violência já foi julgado.

“Os principais resultados são o au-

mento das denúncias e dos pedidos de medidas protetivas, a queda no número de reincidências por parte de agressores e a capacitação de mais de 600 agentes”, resume Eduardo dos Santos Vieira. De acordo com a Casoteca do FBSP, “entre maio de 2013 e janeiro de 2017, a Rede verificou o crescimento de 15,1% nos inquéritos, foram capacitados 670 agentes públicos e estima-se que entre os autores de violência que passaram pelo Grupo Reflexivo de Homens no CREAS a reincidência seja de 3%”. ●

### CONHEÇA O FLUXO DE ATENDIMENTO DA REDE A PARTIR DAS PRIMEIRAS PORTAS DE ENTRADA – AS DELEGACIAS\*

A principal porta de entrada da Rede de Frente é a Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, que recebe as mulheres em situação de violência de toda a região para o registro das ocorrências. Mesmo nos casos de flagrantes atendidos pela PM, as mulheres e os autores de violência são encaminhados à DEDM, que desde 2017 funciona de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h, por determinação do governo estadual, sob justificativa de contenção de gastos. Nos demais horários e aos finais de semana, o atendimento é realizado no plantão do 1º Distrito Policial, que é contíguo à DEDM. As equipes do plantão foram capacitadas pela Rede para o atendimento humanizado nos casos de violência doméstica e há portarias estabelecendo a uniformização do atendimento. Em casos de necessidade, a solicitação de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) pode ser encaminhada ao Judiciário em até 48 horas. Tais solicitações recebem tratamento prioritário na 2ª Vara Criminal (que acumula competência nos casos de violência doméstica na região).

Em casos de violência sexual, a

vítima é encaminhada ao atendimento de saúde para realização de exames e administração de medicamentos emergenciais. Em casos de lesão corporal, há o encaminhamento para a realização de exame de corpo de delito, na Gerência de Medicina Legal (GML), também integrante da Rede. Se necessário, uma equipe da DEDM pode acompanhar as mulheres em situação de violência ou autores de violência até o domicílio para a retirada dos pertences.

Especificamente para os casos de violência doméstica, com o registro do fato, o autor da violência e a mulher em situação de violência saem notificados para comparecerem ao CREAS para atendimento psicossocial, onde será elaborado um relatório avaliando o contexto da família e as características das situações de violência, buscando compreender se a situação em questão é recorrente. Esse relatório será juntado ao inquérito policial e ao processo e subsidiará a concessão de medidas protetivas ou cautelares. Ambas as partes recebem ainda orientação sobre serviços da rede pública de atenção básica do município.

\* Fonte: Casoteca FBSP 2017. A experiência da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher foi documentada por David Marques.

Saiba mais no Portal Compromisso e Atitude: <http://www.compromissoeatitude.org.br/informativo-13>

## CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

## Uma perspectiva interdisciplinar de segurança pública: teatro do oprimido, atendimento psicológico e perícia humanizada

Embora a efetivação das medidas protetivas esteja no foco da maioria das práticas inovadoras selecionadas pelo Fórum de Brasileiro de Segurança Pública neste ano, outras experiências, marcadas pela diversidade de práticas e áreas, revelam que a interdisciplinaridade é um caminho para a inovação.

Entre as dez iniciativas documentadas pelo FBSP em 2017, há ações que introduzem perspectivas de diferentes campos, como: o projeto de prevenção e transformação cultural por meio de uma peça de teatro elaborada e encenada por policiais civis e militares no Distrito Federal; a comissão que foca os casos de violência doméstica no Hospital Militar em Minas Gerais; e a composição de espaços e práticas mais humanizadas de perícia para as vítimas de violência no Ceará. Apesar de distintas, as práticas apresentam um horizonte em comum: colocar a mulher, o seu acolhimento e fortalecimento, no centro da ação dos serviços de segurança pública.

### Saiba mais sobre essas iniciativas:

#### TEATRO DO OPRIMIDO

De acordo com a Casoteca do FBSP, a iniciativa *Baby: espetáculo de Cena Fórum* é uma peça que traz a “história de uma mulher que está em um relacionamento abusivo com o marido e retrata situações diárias, suas vontades, pensamentos e violências sofridas”, focando na “sensação da personagem em relação ao casamento e na falta de perspectiva para conseguir sair da situação de violência”. A expectativa, com a prática, é aproximar o público da situação vivida, não só levando informações sobre o tema, como também promovendo a sensibilização e a empatia.

De acordo com a escritora da Polícia Civil Lívia Martins Fernandez – que representa a personagem Baby na peça, além de ser uma das idealizadoras do espetáculo –, esta é “uma política preventiva, que já atua com apresentações há cinco anos no Distrito Federal e no entorno”.

Para tentar aproximar o público da realidade vivida pela mulher em situação de violência, a peça foi desenvolvida com base na técnica do Teatro do Oprimido, um método elaborado pelo diretor de teatro e ator

Augusto Boal, em que se constrói um espetáculo de cena fórum – ou seja, em que o público é estimulado a interagir com os atores e construir o futuro na peça, em uma articulação entre teatro e ação social.

“Além dos papéis principais do marido, da mulher e do filho do casal, um dos atores faz o papel de Coringa, responsável por mediar as intervenções do público, que é levado a dar uma solução para o problema da violência doméstica sofrida pela personagem principal”, detalha a publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

#### OLHAR PRA DENTRO

Também é papel da segurança pública lidar com a violência contra as mulheres com o olhar para dentro de suas instituições, uma vez que entre os integrantes pode haver vítimas e agressores. É o que comprova a experiência da Comissão de Violência Doméstica do Hospital Militar de Minas Gerais (HPMIMG), uma das práticas documentadas e indicadas como inovadora pelo FBSP em 2017.

De acordo com a major Cláudia Pedrosa Soares, a Comissão foi criada em 2009 diante da constatação de um número expressivo de relatos de violência doméstica envolvendo militares no Hospital. “Os casos se multiplicavam nos atendimentos de saúde”, explica.

Segundo a major, foram 20 casos comunicados em 2016 e outros 12 neste ano, somente até junho de 2017. Entre as vítimas de violência, 82% são mulheres e 81% são dependentes de policiais. A proposta da Comissão é realizar treinamentos nas clínicas para identificar, notificar e monitorar os casos de violência doméstica e familiar, além de oferecer o suporte adequado em cada caso para que seja rompido o ciclo

de violência e os autores da agressão sejam responsabilizados. “Trata-se de uma perspectiva de que o cuidado em saúde deve ser realizado em suas múltiplas dimensões e que os/as profissionais que atuam no Hospital devem e podem cuidar das pessoas em situação de violência doméstica e auxiliá-las a superar essa condição”, informa a Casoteca do FBSP.

#### HUMANIZAÇÃO NA ÁREA DA PERÍCIA

Implementado desde 2013 em Fortaleza, Ceará, o Núcleo de Atendimento Especial à Mulher, Criança e Adolescente é uma das experiências inovadoras que lembram a importância de que o acolhimento humanizado e qualificado esteja não só no foco das polícias, como também dos órgãos que farão exames periciais nas mulheres que sofreram violência doméstica ou sexual.

O Núcleo é um órgão da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) que atende mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, tendo como eixo evitar a revitimização – ou seja, criar espaços e práticas humanizadas.

Nesse sentido, as salas de espera e de perícia foram reformadas para apresentar um aspecto mais acolhedor. Os atendimentos são realizados sem pressa, a partir do entendimento de que o diálogo e, sobretudo, a escuta podem ser meios de aliviar a tensão inerente à realização de um exame. E além do atendimento realizado pelo perito – que nem sempre será uma mulher –, está sempre presente uma técnica de enfermagem e um acompanhante da vítima, para garantir que a mulher nunca fique sozinha na sala.

Além disso, o Núcleo realiza encaminhamentos, quando a necessidade é detectada, para outros serviços de assistência hospitalar, psicossocial e jurídica. ●

#### EXPEDIENTE

PARCEIROS CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA  
<http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre/parceiros-da-campanha/>



RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO

INSTITUTO  
PATRÍCIA GALVÃO

[www.agenciapatriciagalvao.org.br](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br)

@com\_atitude\_imp



/CompromissoEAtitude

[www.compromissoeatitude.org.br](http://www.compromissoeatitude.org.br)